Gênero, Participação Comunitária e Manejo de Recursos Naturais

MERGE

MANEJO DE ECOSISSISTEMAS E RECURSOS
COM ÊNFASE EM GÊNERO

Estudo de Caso No. 2
Junho/1999

GÊNERO, CONSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: O Caso do Parque Nacional do Jaú

Regina Oliveira & Elza Suely Anderson

Publicação:

UNIVERSITY OF FLORIDA

PESACRE
grupo de pesquisa e extensão em sistemas agroflorestais do Acre

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA

Apoio:

USAID

MACARTHUR
The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation

WID TECH

GÊNERO, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

Série Estudos de Caso

Publicação

Merge (Manejo de Ecossistemas e Recursos com Ênfase em Gênero) ,
Tropical Conservation and Development Program
Center for Latin American Studies
University of Florida
P.O. Box 115531
Gainesville, FL 32611
E-mail: tcd@tcd.ufl.edu

Apoio Financeiro:

Fundação John D. and Catherine T. MacArthur
WIDTECH
Universidade da Flórida

Editora da Série:

Marianne Schmink (Universidade da Flórida)

Conselho Editorial:

Constance Campbell (The Nature Conservancy)
Avecita Chicchón (MacArthur Foundation)
Maria Cristina Espinosa (IUCN)
Denise Garrafiel (Pesacre)
Susan V. Poats (Flacso - Equador)
Mary Rojas (WIDTECH)

Assistentes Editoriais:

Elena Bastidas
Victoria Reyes-Garcia
Ronaldo Weigand Jr.
Amanda Wolfe

Instituições Colaboradoras:

Universidade da Flórida
Pesacre – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
WIDTECH - A Women in Development Technical Assistance Project
FVA – Fundação Vitória Amazônica
USAID/Brasil – Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional
Fundação John D. e Catherine T. MacArthur
Flacso/Equador - Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
The Nature Conservancy
Conservation International - Peru

A *Série de Estudos de Caso* do ***Merge*** sobre Gênero, Participação Comunitária e Manejo de Recursos Naturais, apoiada por doações da Fundação John D. e Catherine T. MacArthur, e do Widtech, foi planejada para mostrar como um foco em gênero tem sido relevante e útil em projetos de manejo dos recursos naturais. Os casos enfocam exemplos concretos de extensão, pesquisa aplicada, e atividades de planejamento participativo envolvendo comunidades rurais, especialmente aquelas dentro e no entorno de áreas protegidas na Améria Latina com as quais o programa Merge tem colaborado. O formato serve para aplicações práticas assim como para o treinamento em gênero e manejo dos recursos naturais. Os casos são publicados em três idiomas (inglês, português e espanhol), e estão disponíveis na Internet (http://www.tcd.ufl.edu).

A seguir, são apresentados os primeiros Estudos de Caso da Série:

1. **Modelo Conceitual sobre Gênero e Conservação com Base Comunitária**, por Marianne Schmink, 1999.
2. **Gênero, Conservação e Participação Comunitária: o Caso do Parque do Jaú, Brasil**, por Regina Oliveira e Suely Anderson, 1999.

Série Estudos de Caso sobre Gênero, Participação Communitária e Manejo de Recursos Naturais, No. 2

GÊNERO, CONSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: O Caso do Parque Nacional do Jaú

Regina Oliveira & Elza Suely Anderson

Junho/1999

GÊNERO, CONSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: O caso do Parque Nacional do Jaú.

Regina Oliveira & Elza Suely Anderson

1. Introdução

Este texto resultou do esforço conjunto entre a Fundação Vitória Amazônica (FVA) e o Programa de Manejo de Ecossistemas e Recursos com Ênfase em Gênero (Merge) para tentar descrever a experiência da FVA em incluir gênero, participação comunitária e parcerias nas suas atividades de conservação no Parque Nacional do Jaú (PNJ). Um dos objetivos deste documento é servir de exemplo de como a variável gênero pode contribuir para pesquisas, planos de manejo, participação comunitária, e outras atividades básicas para a consolidação de áreas de conservação ambiental, tais como o PNJ. Este documento é dirigido a um público alvo composto de organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas e sociais, agências governamentais de meio ambiente, comunidade científica, e organizações de base.

A FVA é uma ONG sediada em Manaus, com a missão de trabalhar para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento das populações ribeirinhas, com o objetivo de consolidar as Unidades de Conservação da Bacia do Rio Negro. O PNJ foi escolhido como exemplo das questões de conservação e gênero devido ao trabalho pioneiro que a FVA vem realizando no Parque, em colaboração com instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais. Além disso, a FVA é uma das poucas organizações locais na Amazônia que incorporam a questão de gênero no nível institucional, utilizando este conhecimento em sua atuação no Parque.

O Programa Merge é coordenado pela Universidade da Flórida e abrange quatro países: Brasil, Equador, Peru e Estados Unidos. O Merge desenvolveu-se no Brasil, em parte, com base no antigo Projeto de Gênero em Sistemas Sociais (Genesys), ambos apoiados pela Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional (USAID), com o objetivo principal de assessorar os projetos do programa da USAID sobre meio-ambiente. O Merge tenta enfrentar o desafio de promover estratégias participativas e aprofundar a compreensão sobre gênero e manejo dos recursos naturais em áreas tropicais.

O fio condutor do texto baseia-se nas perguntas definidas no marco conceitual do Merge, listadas no Quadro 1 (Schmink 1999).

1.1 O Parque Nacional do Jaú

O PNJ está localizado no Estado do Amazonas, nos municípios de Novo Airão e Barcelos. Com uma área de 2.272.000 ha, é o maior Parque Nacional do Brasil, e a maior área protegida de florestas tropicais do mundo. O evidente valor biológico da região onde fica o PNJ começou a despertar o interesse dos naturalistas no final dos anos 60, quando Haffer (1969) identificou no

Quadro 1: Marco Conceitual do Merge

1. Como o potencial para projetos de conservação com base comunitária é limitado ou fortalecido pelos fatores históricos, ecológicos, culturais, socioeconômicos e políticos em diversas escalas? [Análise político-ecológica]
2. Quem são as partes interessadas envolvidas na negociação direta ou indireta dos recursos? De que maneira seus interesses são complementares e/ou estão em conflito? Como seus diferentes níveis de poder e recursos afetam os resultados das negociações? [Análise das partes interessadas]
3. Como a participação das comunidades pode contribuir para as metas de atingir a conservação com a melhoria de vida? [Análise das partes interessadas dentro da comunidade]
4. De que forma as relações de gênero diferenciam a conexão das pessoas com os recursos naturais e sistemas ecológicos? (incluindo conhecimento, uso, acesso, controle e impacto sobre recursos naturais e posturas a respeito dos recursos e da conservação) [Análise de relações de gênero e recursos]
5. A participação das partes interessadas no aprendizado participativo com foco em gênero aumenta a habilidade dos grupos locais de negociar seus interesses na conservação? [Análise de projeto]
6. Como as mudanças no manejo e uso dos recursos por comunidades estão ligadas à conservação da biodiversidade? [Análise de sustentabilidade]
7. Como o aprendizado das partes interessadas contribui para a conservação a longo prazo? De que maneira isto pode ser incorporado dentro de uma estratégia mais ampla para mudança institucional e parcerias que proporcionem continuidade na pesquisa, intercâmbio, assistência técnica e outras atividades participativas com comunidades locais? [Análise institucional]

baixo Jaú e baixo Unini um pequeno refúgio do Pleistoceno – que, segundo a hipótese dos refúgios, é uma área remanescente de espécies isoladas em refúgios úmidos durante condições climáticas mais secas que teriam ocorrido no período Pleistoceno – estudando a distribuição das aves. Posteriormente, a área do baixo Jaú também foi incluída no refúgio do Pleistoceno identificado ao norte de Manaus, com base na distribuição de plantas (Prance, 1973). Hoje as evidências que embasam os refúgios estão sendo questionadas (Salo, 1987), mas o fato é que estes dois estudos fundamentaram a proposta de criação de uma reserva na área (Schubart et al., 1977), com o objetivo de conservar uma bacia hidrográfica de águas pretas desde a nascente até a foz, de interflúvio a interflúvio.

As Unidades de Conservação ocupam um papel central na conservação da biodiversidade porque são consideradas a melhor maneira de preservar a vida selvagem, espécies raras, ecossistemas cênicos, recursos genéticos, paisagens belas, mananciais de água, e patrimônio cultural (histórico ou arqueológico) (M.T.J. Pádua, 1986). Porém, o conservacionismo tradicional consegue ver os valores estéticos e biológicos da floresta, mas não o povo que lá está (Rebelo, 1995).

1.2 Histórico da Atividade Humana na Área

A área onde está inserido o PNJ tem uma história de ocupação humana anterior ao período colonial. Ao chegarem na área no século XVII, os portugueses registraram a apresença dos índios Cauari, os moradores mais antigos de que se tem notícia. Os Cauari pertencem ao grupo linguístico Aruaque e representaram um elo importante de uma rota comercial, trocando produtos com os Yurimáguas dos rios Japurá e Solimões e com os Guaranaguas do Rio Branco, que por sua vez, trocavam produtos com os holandeses do Rupununi (Porro, 1992).

A ocupação colonial da região teve inicio em 1658 com uma Bandeira dos Jesuítas, saída do Maranhão, que fundou a missão dos Tarumãs (IBGE, 1957). Em 1694, os Carmelitas criaram o povoado Santo Elias do Jaú, na foz do Rio Jaú. Em 1786, já elevada à categoria de aldeia, e denominada Airão, a região abrigava índios Aruaques, Manaus, Barés e Tucuns, além de comerciantes descendentes de europeus e dos padres. Ao todo eram 148 pessoas em 22 casas (Ferreira, n/d). Nesta área havia grande atividade comercial envolvendo produtos tais como: látex (borracha, sorva e balata), peles de animais (onça, jacaré e lontra), quelônios e fibras vegetais. O comércio da região era controlado na época (inicio do século XX) pela família Vianna. A partir de 1955, Francisco Bezerra de Vasconcelos, um "patrão" do tempo da borracha, se dizia proprietário do recém criado município de Airão. Após longo período de decadência econômica e desavenças políticas entre os velhos coronéis e o poder político nomeado pela capital, houve um deslocamento da população para a localidade de Tauapessassu (100 km rio abaixo), hoje conhecida como Novo Airão.

Assim como acontece em todas as áreas protegidas criadas no Brasil, a criação do PNJ não levou em consideração a presença de moradores no Parque. Em 86% das áreas protegidas da América do Sul existem moradores, que ocupam o local há décadas e utilizam os recursos naturais disponíveis.

1.3 A Criação do PNJ

O PNJ foi criado pelo decreto nº 85.200, de 24 de setembro de 1980. Como meta de um convênio de co-gestão entre o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a FVA, está sendo elaborado um plano de manejo para o Parque, sob a responsabilidade da FVA.

Assim como acontece em todas as áreas protegidas criadas no Brasil, a criação do PNJ não levou em consideração a presença de moradores no Parque. A legislação atual não permite a presença de moradores em áreas protegidas. A regra geral consiste em desapropriar, indenizar os moradores, e assim tentar consolidar a conservação da área. Em 86% das áreas protegidas da América do Sul existem moradores, que ocupam o local há décadas e utilizam os recursos naturais disponíveis.

Na primeira etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, em 1979, a área em questão foi proposta como Reserva Biológica, uma das categorias de manejo mais restritivas à exploração de recursos naturais e à presença humana. Em 1982, porém, na segunda etapa do Plano, a unidade de conservação já criada figurava como Parque Nacional do Jaú. Os critérios que nortearam a criação do Parque foram "a proximidade de Manaus, centro de grande concentração turística, as belezas cênicas da região e a facilidade de acesso à área" (BRASIL. MA-IBDF/FBCN, 1982: 58).

A questão da permanência ou não de moradores no PNJ está sendo muito discutida ultimamente, devido ao impasse entre a legislação e a realidade. A maioria dos moradores (73%) sabe que mora em um Parque Nacional, porém não sabe todos os

objetivos de um Parque. Dentre 29 moradores que mencionaram saber, 22 mencionaram apenas a preservação da natureza e ninguém mencionou os três outros objetivos listados no Código Florestal de 1965, que determina que Parques Nacionais devem ter "objetivos educacionais, recreativos e científicos", art. 5º, letra a). A legislação atual não permite a presença de moradores no Parque, mas a realidade é que eles continuam vivendo lá, 17 anos após a criação do PNJ. Por isso, contrariamente às determinações do Ibama, a FVA tem se posicionado a favor da permanência dos moradores no Parque e de sua participação no Plano de Manejo. A FVA entende que o fato de participar de um convênio de co-gestão não significa simplesmente executar um conjunto de determinações, mas principalmente negociar e propor soluções mais adequadas, derivadas do conhecimento e da atuação direta no Parque. A questão da permanência de moradores em áreas protegidas, na compreensão da FVA, tem que ser tratada de forma diferenciada dependendo de cada unidade de conservação.

Consolidar uma área protegida na Amazônia envolve vários segmentos da sociedade civil, científica, política, financeira e, principalmente, os moradores dessa área.

2. A negociação da FVA com as partes interessadas

Consolidar uma área protegida na Amazônia envolve vários segmentos da sociedade civil, científica, política, financeira e, principalmente, os moradores dessa área. É de fato uma tarefa difícil. Muitos são os conflitos existentes nas áreas protegidas. No PNJ, os conflitos ocorrem sobretudo por interesses diversos no uso dos recursos (retirada de madeira, quelônios e piabas). Existem moradores que consideram que a entrada no Parque de "pessoas de fora" para retirar recursos deveria ser proibida. As questões administrativas que envolvem fiscalização e as questões de legislação sobre existência de moradores dentro do Parque também são problemáticas.

Diversas partes interessadas estão hoje envolvidas na consolidação do PNJ, seja de forma direta ou indireta. Podemos dizer que as partes diretamente interessadas são a FVA, o Ibama e os moradores do Parque. As partes indiretamente interessadas são as Prefeituras locais, os políticos, os turistas pescadores, os piabeiros e os madeireiros. Mais indiretamente envolvidos estão os legisladores e a sociedade brasileira, que acompanham as questões de manejo e controle da Amazônia.

Várias estratégias e ações estão sendo desenvolvidas pela FVA, com o objetivo de integrar os diferentes grupos e atuar de forma multi-institucional para a consolidação do Parque. Em uma primeira instância, a FVA atuou no PNJ em conjunto com a Fundação Nacional de Saúde (FNS), com o objetivo de conhecer a área e seus moradores. Um levantamento socioeconômico inicial, realizado por amostragem em 1990, indicou a necessidade de se realizar um estudo mais aprofundado sobre a área. Como resultado, a FVA propôs e realizou o primeiro Plano de Ação (em abril de 1992) para o Parque, com a participação de pesquisadores de instituições locais e nacionais, como Ibama, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que detectaram os principais problemas do Parque.

A participação da FVA em atividades culturais dos municípios aos quais o Parque pertence contribuiu para uma maior aproximação com as Prefeituras e outros segmentos da sociedade local (escolas, agremiações). O resultado foi um trabalho conjunto de Educação Ambiental para crianças e jovens, que objetivou conscientizá-los da importância de áreas protegidas.

Com o Plano de Ação Emergencial (PAE), em 1995, a FVA buscou reunir diferentes grupos para discutir, planejar e realizar diversas atividades, visando identificar e minimizar os impactos sobre os recursos naturais e, consequentemente, contribuir para a conservação do PNJ. O trabalho foi produtivo, e resultou na elaboração de um documento que refletiu um consenso entre as várias partes interessadas e serviu como diretriz para as ações no Parque enquanto foi produzido o Plano de Manejo.

Ao longo do processo, desde o primeiro plano de ação até a elaboração do Plano de Manejo, além do trabalho político com as instituições de pesquisa, saúde e gerenciamento do PNJ, iniciou-se um trabalho para o envolvimento da população residente no Parque. Esta população foi convidada a participar das discussões e da elaboração do Plano de Manejo, e das atividades de pesquisa sócio-ambiental, relacionadas com o uso de recursos e gênero. Dificuldades significativas foram encontradas na criação de uma rede de moradores do Parque comprometidos com a participação nas atividades de manejo. Por exemplo, quando um representante dos moradores participou do PAE, pudemos verificar que ele teve muita dificuldade de entender e participar dos assuntos discutidos durante o evento, e que houve muito mais dificuldade ainda no repasse dessas informações para os moradores. A partir desse resultado, a FVA, iniciou o processo de formação e aprendizagem junto aos moradores do PNJ.

Uma outra estratégia de colaboração entre os grupos de interesse foi a sugestão do estabelecimento de uma Câmara Técnica para a Unidade de Conservação, a

ser convocada pelo Superintendente do Ibama de Manaus. A Câmara iria reunir representantes de instituições governamentais e não governamentais, com a função básica de unir os diversos grupos de interesse e buscar soluções conjuntas para os problemas que envolvem as UCs do Amazonas. A Superintendência finalmente concretizou essa sugestão dois anos após o início das negociações. A demora na efetivação da Câmara Técnica gerou instabilidade nas ações das partes interessadas, que dependiam da convocação oficial de reuniões, onde seriam tomadas as decisões ligadas à fiscalização da área. Sem meios para se articular e discutir essas questões, as partes interessadas acabaram distanciando-se e perdendo contato, o que dificultou o processo, uma vez que o Ibama como órgão gerenciador era também o centralizador das ações. Por estarem distantes do processo de discussão, pelo fato de não possuirem nenhuma forma de organização representativa e porque este processo é complexo, os moradores do PNJ ficaram fora das discussões iniciais e sem a possibilidade concreta de participar da negociação de seus interesses e necessidades.

Em conversas em separado com as mulheres locais, notamos que elas se sentiam mais à vontade respondendo às questões formuladas por mulheres da equipe

Para envolver os diversos grupos de interesse e garantir a participação efetiva da população nas discussões, a FVA procurou promover reuniões e encontros dentro do Parque, com temas que diziam respeito a questões prioritárias para a conservação do PNJ e que eram de interesse para os diversos grupos. Um exemplo foi a reunião sobre conservação e manejo de bichos-de-casco, que aconteceu em julho de 1995, na localidade de Seringalzinho. Durante essa reunião, foram utilizados métodos participativos (dinâmicas de grupos) que auxiliaram a expor as questões aos moradores, e como resultado surgiram sugestões de soluções com ampla participação da população local.

Essa experiência levou a FVA a planejar outras reuniões com temas bem objetivos e relacionados entre si, evitando assim a dificuldade de compreensão e aumentando a possibilidade de repasse das informações entre os moradores. Até mesmo esse método, das reuniões, é difícil quando a equipe de trabalho não se encontra munida de todas as informações e bem preparada anteriormente.

A FVA realizou também várias reuniões com pequenos grupos de moradores em áreas distintas do Parque, relacionadas ao mapeamento das áreas utilizadas pelos moradores para atividades de subsistência e comercialização. Estas reuniões com foco no mapeamento das áreas de uso dos recursos naturais faziam parte de uma estratégia que envolvia também uma equipe permanente de trabalho de campo, com o propósito de capacitar moradores, compreendendo sua linguagem e trabalhando junto com eles na identificação de problemas e soluções. Outra estratégia utilizada que obteve bons resultados foi a realização de reuniões com as lideranças indicadas pelos moradores do Parque. Estas reuniões foram realizadas fora do Parque com o objetivo de preparar as lideranças para atuarem em outros fóruns de debates. Dinâmicas, ações participativas e trabalhos em grupo resultaram em discussões profundas para a compreensão do papel de cada morador no processo de elaboração do Plano de Manejo.

3. Abordagens metodológicas para o estudo da relação entre gênero e recursos naturais

3.1 Questionários específicos por gênero

Antes de ir a campo realizar o censo e o levantamento sócioeconômico de 1992, uma equipe da FVA passou oito dias no PNJ, realizando um pré-teste do questionário. Ao chegarmos nas casas éramos recebidos pela família, e as questões, mesmo ouvidas por todos, eram em geral respondidas somente pelo chefe da família, em sua maioria homens, com pouca ou nenhuma participação das mulheres nas respostas. Observamos que nas questões relativas ao censo (nome e número de filhos, documentos e escolaridade) as mulheres eram consultadas pelos homens. Os homens, por sua vez, relutavam em responder a questões sobre o consumo de recursos naturais, principalmente a caça e coleta de quelônios e de seus ovos.

Em conversas em separado com as mulheres, notamos que elas se sentiam mais à vontade respondendo às questões quando eram formuladas por mulheres da equipe. Uma dessas questões foi sobre culinária, e formas de preparo de alguns pratos consumidos pela família. Assim pudemos ter uma estimativa do consumo de caça, com a pergunta: "Quando foi a última vez que a senhora cozinhou...?" e seguia uma lista de possíveis animais de caça. Por serem as responsáveis pelo preparo das refeições e gerência do uso dos alimentos no grupo domiciliar, as informações das mulheres quanto ao consumo de caça foram mais completas que as dadas pelos homens, que com medo de sofrerem represálias (achavam que éramos do Ibama), omitiram muitos dados com respeito à caça.

Sempre que iniciávamos as perguntas sobre crescimento e mortalidade populacional, lazer, migração e consumo, imediatamente o chefe da casa chamava a esposa para responder. Nas casas onde as mulheres eram os chefes da família (principalmente as viúvas ou as sem companheiros) as mulheres respondiam também às perguntas sobre comercialização de produtos, atividade essencialmente masculina, que elas passavam a assumir. Concluímos então, a partir do pré-teste com os questionários, que se utilizássemos questionários diferenciados por gênero no restante do levantamento, conjuntamente com outros instrumentos, como o relato de 24 horas e de atividades, teríamos mais condições de compreender a forma de vida dos moradores do Parque.

Apesar de que a estratégia de aplicar questionários separados para homens e mulheres corre o risco the reforçar as diferenças de gênero tradicionais das esferas do conhecimento, nós decidimos que ela serviria como um passo inicial para valorizar o tentando evitar a contaminação das respostas de um pelo outro e fazendo perguntas de reforço. As entrevistas foram feitas do modo mais informal possível, com uma pessoa entrevistando (guiada pelo questionário) e outra anotando as respostas ao lado. Houve momentos em que não foi possível manter a metodologia adotada, principalmente quando estávamos em espaços comunitários. Foi preciso evitar que as perguntas fossem conhecidas, pois em determinados momentos, as pessoas que ainda não tinham sido entrevistadas se aglomeravam nas casas em que estávamos entrevistando os moradores. Cada entrevista durou em média duas horas, podendo ser mais extensa quando se tratava de moradores comerciantes ou aqueles que eram considerados líderes. Em um período de trinta dias, entrevistamos todos os moradores que estavam no Parque, 167 grupos domésticos distribuídos ao longo dos rios e igarapés que compõem o PNJ (Figura 1).

Entrevistar separadamente homens e mulheres

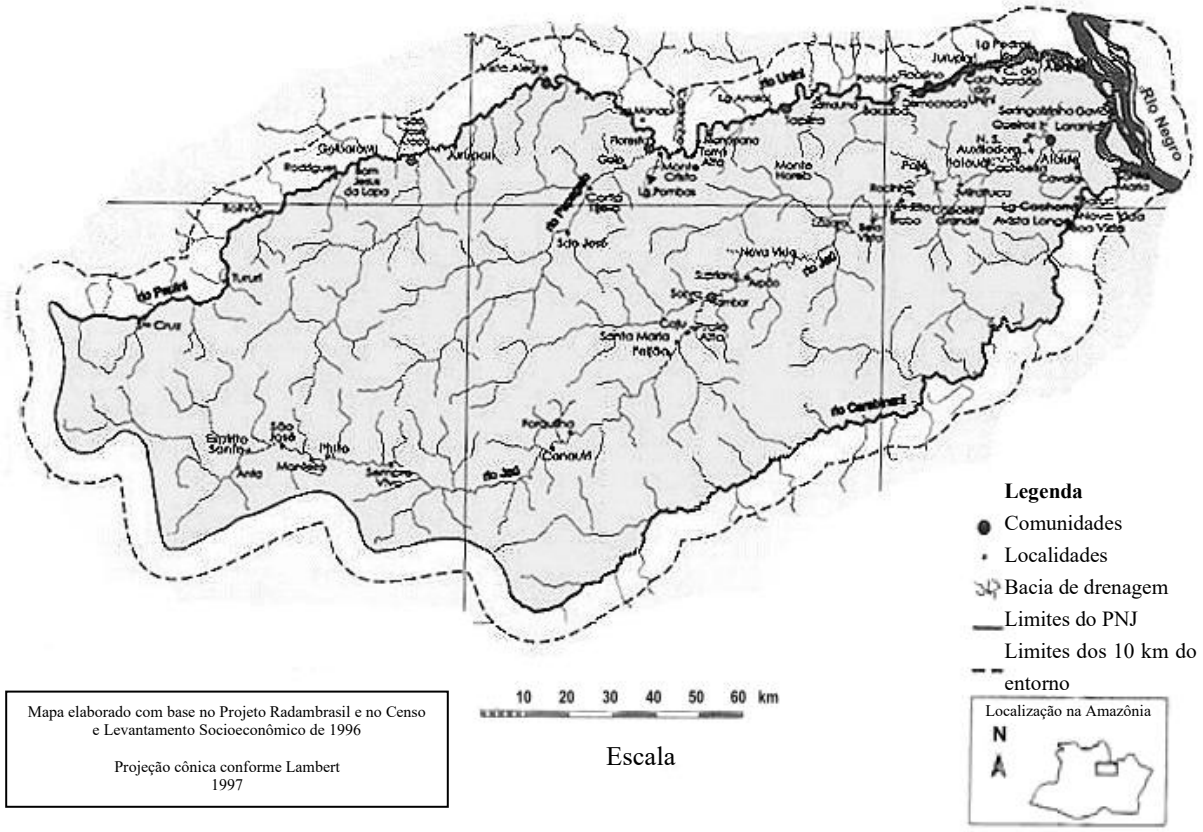

Figura 1: Mapa das localidades no Parque Nacional do Jaú.

Além dos resultados do censo e do levantamento socioeconômico, a experiência de conviver com algumas famílias e participar ativamente com elas no seu dia-a-dia também serviu como forma de compreender essa diferenciação. Em geral, as famílias são numerosas e os filhos e filhas com mais de oito anos já participam de alguma atividade que esteja diretamente ligada ao trabalho realizado fora da casa como o trabalho de roça e o extrativismo.

3.2 Mapeamento do uso dos recursos naturais

Outro método que estamos utilizando com muito sucesso para obtermos informações sobre o uso dos recursos naturais é o mapeamento junto aos moradores do PNJ. Esse trabalho de pesquisa e extensão está sendo realizado em duas etapas: na primeira, uma equipe de pesquisadores visita cada unidade familiar, onde conversam sobre o cotidiano das pessoas, o trabalho de roça, e a produção, e juntos com a família desenham um mapa de sua área de uso, localizando a casa, roça, área de caça, pesca e de extrativismo (Figura 2).

Esses locais são posteriormente georeferenciados e nominados de acordo com a informação do morador visitado. Os dados coletados são processados (incluídos em mapas derivados de imagens de satélite), e uma equipe similar retorna à área numa segunda etapa para que, a partir destes mapas, realize-se um trabalho mais profundo em conjunto com grupos de moradores.

Figure 2: Morador do PNJ desenhando um mapa de sua área.

A metodologia é simples. Na primeira etapa, a dos mapas individuais, são utilizadas cartolinas e lápis (preto e colorido), além de um aparelho GPS (*Geographical Positioning System*, utilizado para fornecer as coordenadas geográficas), e os moradores participam na medida de seu interesse e habilidade com

Quadro 2: Um dia de verão de uma família do rio Jaú

Essa família tem oito membros: o homem, a mulher (grávida) e seis filhos (dois meninos com idades de 11 e 4 anos, e quatro meninas com idades de 8 a 2 anos). A família vive à beira do rio Jaú e possui seis áreas de roçados de diferentes anos. O menino de 11 anos é responsável por pescar, descascar cipó, cuidar da roça e dos irmãos menores. A menina de 8 anos é responsável pelo cuidado dos irmãos menores, além de fazer o fogo para cozinhar, limpar o peixe, descascar cipó, capinar a roça e o quintal, cuidar das galinhas, etc.

Às 6 horas da manhã o homem sai para pescar, acompanhado do filho maior. A mulher vai para a beira do rio lavar roupa e a filha maior fica cuidando dos outros irmãos menores (um menino e três meninas). A mulher retorna da lavagem, estende a roupa e vai para a roça junto com os outros filhos, para fazerem a capina. Eles trabalham até 11 horas, retornam à casa e esperam o retorno do homem e do filho maior. Comem alguma fruta do quintal e a mulher vai preparar sua caieira (local onde preparam carvão): com o auxílio dos outros filhos, ela coleta alguns paus e troncos espalhados pela proximidade da casa, cava com a enxada um buraco raso e retangular, de aproximadamente 2 x 1m, arruma todos os paus coletados, ateia fogo e cobre com terra. Depois vai capinar o quintal com ajuda dos outros filhos. As crianças ficam pelo quintal comendo alguma fruta ou farinha.

Entre as 14 e as 15 horas, o homem e o filho maior retornam da pescaria, a mulher e a filha maior vão para a beira do rio limpar o produto da pesca, salgar o que não será utilizado para o almoço e iniciar o preparo do fogo, no fogão à lenha. O peixe é preparado cozido com caldo e temperado com sal e cebolinha do canteiro. Se tiver arroz ou feijão, também são preparados, e toda a família se reúne para o almoço. Em geral, almoçam sentados no chão da cozinha onde as panelas e pratos são colocados. Após o almoço, a mulher ou a filha maior varrem o chão, juntam as louças em uma bacia ou balde, e lavam tudo na beira do rio. Isto muitas vezes implica em descer e subir rampas escorregadias carregando bacias e baldes cheios.

À tarde, a mulher, o homem e os filhos maiores vão desfiar cipó, ou vão para a roça capinar, onde ficam até as 16 horas. No início do entardecer todos banham-se e carregam água para a casa (tarefa realizada pela mulher e filhos maiores). Entre 18 e 19 horas o jantar é preparado e servido pela mulher, com ajuda da filha. Todos jantam, e a mulher e filha mais velha varrem o local, juntam os utensílios que serão lavados no dia seguinte, e às 20 horas as crianças se recolhem para dormir. O homem, a mulher e os filhos maiores desfiam cipó até as 22 horas, quando também se recolhem.

o uso de lápis. Na segunda etapa a FVA criou mapas de regiões específicas do Jaú, mostrando grande parte dos igarapés e lagos. Estes mapas foram levados até determinadas localidades, onde reuniam-se grupos de moradores, e as informações foram checadas e complementadas com o seu auxílio.

Além dos mapas, a equipe da FVA criou ícones (desenhos feitos no computador) representando recursos ou práticas, como casa, porto, casa de farinha, roça, caça, pesca, pesca de peixes ornamentais (piabas), bichos-de-casco, seringa, copaíba, cipó, etc. (16, no total). Para cada ícone foram feitas várias bandeirinhas (2cm x 2cm) também no computador, que foram recortadas e montadas em um alfinete de tamanho adequado. De um lado da bandeirinha ficava o ícone, e do outro ficava a cor da família, sendo que cada família ou grupo doméstico escolhia uma cor diferente. Os membros da mesma família receberam um crachá com a cor que os identificava e uma pequena bandeja (aproximadamente 10cm x 25cm) cheia de bandeirinhas já montadas. As bandeirinhas já indicam espaços e uso dos recursos por gênero, uma vez que a divisão de atividades já havia sido identificada nas entrevistas do levantamento socioeconômico.

O trabalho consistiu de explicar para eles sobre os ícones, mostrando-os primeiro em papel tamanho ofício, e depois sentar-se com eles ao redor dos mapas, no chão, instruindo-os sobre o exercício, para que eles pudessem colocar as bandeirinhas nos lugares certos. Com isso, foi possível localizar os vários locais de roça, caça, pesca, e outras atividades ligadas ao extrativismo animal e vegetal. Foi possível também estimular a participação dos moradores, e discutir temas complexos tais como plano de manejo, zoneamento e organização comunitária.

4. Gênero e recursos naturais no Parque

4.1 A população do Parque Nacional do Jaú

Atualmente, existem 984 moradores (aproximadamente 159 grupos domésticos) no Parque, sendo 54% homens e 46% mulheres de todas as idades. A população se distribui desigualmente no PNJ, a maioria vivendo na periferia (59%), que inclui as comunidades do rio Unini, os moradores isolados do rio Paunini e do rio Negro. Vivem no interior do PNJ 41% dos moradores, incluindo os moradores do rio Jaú, do rio Carabinani, e dos igarapés Papagaio e Guariba.

A população que permaneceu no PNJ se distribui de forma mais ou menos linear nas margens dos principais rios, habitando sobre barrancos de terra-firme que lhes permitem usar os rios e igarapés para pescar e como via de transporte, e a terra-firme para plantar as roças e exercer as atividades ligadas ao extrativismo.

Quase todos são amazonenses (97%), muitos nascidos na área do PNJ. A população é predominantemente jovem, com a idade média de 18 anos. Se tomarmos 15 e 20 anos como indicadores de juventude, 55% e 64% da população, respectivamente, são jovens (Figura 3). Há 50% mais homens que mulheres entre a população de jovens entre 15 e 20 anos, sugerindo que haja uma emigração de mulheres jovens do PNJ. As mulheres começam a ter filhos e constituir família com 16 anos, e estas famílias podem vir a se instalar onde as mulheres nasceram ou não.

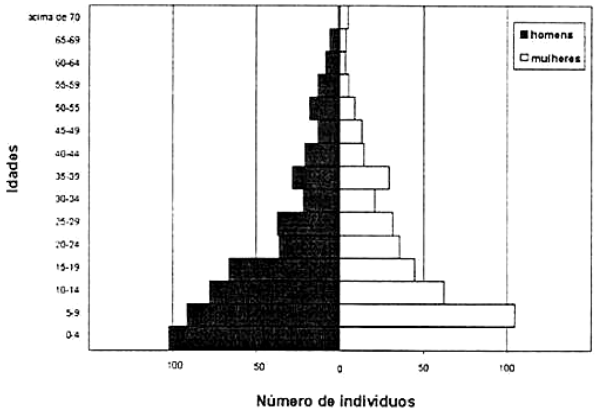

Figura 3. Dados demográficos dos moradores do Parque Nacional do Jaú (piramide etária).

A taxa de fecundidade média das mulheres do Parque, que corresponde à soma do número de filhos nascidos vivos e nascidos mortos, é de sete filhos por mulher. Essa taxa é mais do que o dobro da fecundidade das mulheres brasileiras no seu conjunto, que é de menos de três filhos (Rebelo, 1995). Porém, a expectativa de vida é bastante limitada devido aos contínuos riscos aos quais os moradores estão submetidos no Parque, e às condições de saúde bastante precárias.

Tabela 1: Evolução da densidade demográfica na área do Parque Nacional do Jaú

Ano	Nº de famílias	Nº de moradores	Densidade (hab/ km²)
1977		3536	0,13
1990	225	1530	0,07
1992	167	1019	0,04
1996	159	984	0,04

Nos últimos vinte anos, os registros oficiais e os dados científicos indicam uma diminuição progressiva da população que historicamente tem vivido

na área (Tabela 1), a qual foi decretada como unidade de conservação há 17 anos.

A atual densidade demográfica de 0,04 habitantes/km² verificada no PNJ é ainda menor que as densidades populacionais dos municípios de Novo Airão (0,37 hab/km²) e Barcelos (0,09 hab/km²), e muito menor que a densidade populacional do estado do Amazonas (1,34 hab/km²), que é uma das mais baixas do país (IBGE, 1993).

4.2 Uso dos recursos naturais para subsistência

Muitas das atividades desenvolvidas no PNJ estão diretamente relacionadas com a sazonalidade da região, área de uso dos moradores, e distribuição dos recursos existentes no local em que vivem. Assim, diferentes técnicas de uso de recurso existem no PNJ, diversificando também as relações de gênero nas atividades de uso dos recursos naturais, tanto para subsistência como para o dia-a-dia de uma família do Parque. Os papéis exercidos pelos homens, mulheres e crianças no uso dos recursos naturais, se diferenciam de acordo com suas necessidades, conceitos e atitudes relacionadas a estes. Homens e mulheres do PNJ têm interesses variados nos recursos naturais do Parque, no que diz respeito ao seu uso, seja para consumo, medicamentos, produção comercial ou sobrevivência familiar. Pesquisas de etnobotânica, realizadas no Parque em 1995, revelam interesses diferenciados por gênero no uso de plantas medicinais, o que caracteriza também seus usuários (rezadores, parteiras, benzedeiras e curadores).

Os dados sobre as principais atividades de agricultura e extrativismo praticadas, já coletados pela FVA, contribuiram na elaboração de um calendário agrícola para o Jaú. Para tanto, realizamos reuniões com os moradores para que eles confeccionassem um mapa de suas roças, o que contou com a participação tanto dos homens como das mulheres. Em geral os homens desenhavam o mapa sob orientação das mulheres, que indicavam os locais onde foram plantados os produtos.

Pesca: No PNJ são praticadas várias técnicas de pesca, que diferem por gênero, tanto para pesca de peixes como de quelônios. Em geral, os homens saem para pescar pela manhã, quando utilizam espinhel ou flecha, técnicas utilizadas durante o período de escassez de peixes (período de cheia do rio). Eles utilizam grilos e gafanhotos como iscas para o espinhel, que são coletados vivos pelas crianças no quintal da casa e armazenados. Quando os homens estão na floresta exercendo outras atividades de extrativismo, os meninos maiores e as mulheres ficam responsáveis pela pesca, e utilizam como técnica preferencial o caniço, com o mesmo tipo de isca. Em geral, as mulheres saem para pescar com seus filhos menores, inclusive os bebês, no caso de não ter filhos em idade de deixar "tomando de conta".

No período de cheia (de maio a agosto), a técnica de pesca utilizada é o "fachio" que consiste em sair à noite (em geral na "boca da noite", a partir das 19 horas), utilizando a focagem com lanterna e captura com zagaia. Essa atividade pode ter duração de até oito horas, dependendo da quantidade de peixes desejada. É mais praticada pelos homens, embora em algumas famílias as mulheres a exerçam. Tratar o produto da pesca é tarefa quase que exclusivamente feminina e tanto as mulheres quanto as filhas menores (acima de oito anos) e jovens a executam. Esta tarefa consiste em limpar todo o pescado e salgá-lo para conserva.

A captura de bicho-decasco é uma atividade exclusivamente masculina. Porém a coleta de ovos é desempenhada tanto pelas mulheres quanto pelas crianças, principalmente no período de seca (de agosto a setembro). Preparar o bicho-de-casco é tarefa masculina, embora alguns pratos sejam preparados pelas mulheres. Os homens são responsáveis por prepará-lo assado ou cozido. O preparo dos currais, que são pequenas áreas onde os bichos de casco ficam guardados como reservas, é uma atividade exclusiva dos homens.

Caça: A caça é mais acentuada durante o período de cheia, quando há maior área alagada, e consequentemente a escassez de peixes é maior. As técnicas utilizadas são armadilha, espera e perseguição. A armadilha consiste em deixar a espingarda armada e montada em locais onde previamente já se viu ou se encontrou rastros de algum animal. A armadilha é deixada por até um dia, para verificar mais tarde, se houve sucesso ou não. A caça de espera consiste em aguardar pela chegada no animal em um local em que sua passagem seja previsível, como junto a uma árvore que esteja produzindo frutos dos quais o animal se alimente. A caça por perseguição consiste em seguir pegadas ou rastros, em geral acompanhados pelos cães.

Esta atividade pode ser planejada para garantir o alimento durante o preparo da roça ou atividades extrativistas, ou simplesmente acontecer ao acaso, quando saem para fachear ou coletar produtos da mata, quando então levam as espingardas. Os principais animais utilizados para alimentação são: paca (*Cuniculus paca*), porcos-do-mato (incluindo as duas espécies do gênero *Tayassu*), e anta (*Tapirus terrestris*), entre outros.

A caça é desempenhada pelos homens, embora em algumas famílias as mulheres a exerçam. O trabalho de tratar e preparar a caça é tarefa tanto dos homens quanto das mulheres.

Roça: Desde o preparo da área à colheita, toda a família participa. Cabe ao homem, com ajuda dos filhos maiores, fazer a broca (que consiste em cortar as

árvores menores e abrir o local) e a derrubada (que é o trabalho feito com o machado, onde são cortadas árvores grandes e conservadas as castanheiras, que são protegidas por lei federal). Para fazer coivara (empilhamento dos troncos maiores) e queima, o homem já conta com ajuda dos filhos menores (a partir de oito anos). Muitos moradores do PNJ fazem acero, que consiste em abrir um caminho com cerca de 2m de largura em torno da área que vai ser queimada, evitando assim que o fogo se alastre para outras áreas.

Após a queimada inicia-se o trabalho de plantio mandioca, milho e fruteiras, o que tem a participação de toda a família. A preparação da roça, plantio e colheita têm a participação tanto dos homens como das mulheres. As mulheres plantam, além da mandioca, os produtos alimentícios, como batata doce, cará, ariá e macaxeira. Os homens plantam os produtos comerciais como a banana, e os dois plantam a mandioca. O cuidado do roçado, em geral, é feito pelas mulheres e crianças. Os filhos menores são levados para a roça quando não há com quem deixá-los. O trabalho inclui capinas (limpeza do roçado, retirando os matos, com uso do terçado), feitas em geral quatro vezes durante o ano. Da colheita da mandioca participam o homem, a mulher e os filhos maiores.

Figura 4: Preparo da farinha de mandioca.

Para fazer farinha, toda a família participa (Figura 4). Parte da mandioca colhida vai para a água e outra parte é descascada, e nisso trabalham as mulheres, velhos e crianças. Na casa de farinha, a mandioca é ralada e cevada por mulheres, homens e crianças. Este último trabalho é feito pelos homens e requer muita força física para colocar a massa na prensa e retirar toda a água. Uma vez prensada a massa é peneirada (atividade realizada pelos filhos menores e mulheres) e colocada para torrar no forno. A lenha é carregada por homens e mulheres, e o processo de torrar, que consiste de mexer e revirar constantemente toda a farinha jogada no forno, é tarefa tanto dos homens quanto das mulheres adultas.

No caso do preparo dos subprodutos derivados da farinha, como a tapioca, o tucupi e o beiju, as mulheres são as encarregadas do preparo, junto com os meninos e meninas de faixa etária entre 8 a 16 anos.

4.3 Uso dos recursos naturais para comercialização

As atividades de extrativismo comercial também são sazonais e variam de acordo com o preço de mercado.

Cipó: é um produto do inverno. Em geral os homens vão para seus "centros" (local dos acampamentos na floresta), onde permanecem uma semana ou mais. Eles procuram deixar comida com as famílias, em geral carne de caça. Podem ir aos "centros" sozinhos ou em parceria com vizinhos próximos. Quando estão no centro, o beneficiamento do cipó é feito pelos homens, com a autorização do vizinho mais próximo ao local (que pode pertencer a uma terceira família). Segundo relato de um morador, esta prática ocorre principalmente quando existe necessidade de se pagar dívidas ao patrão, e a coleta de grandes quantidades do produto é necessária.

Quando eles coletam o cipó nas áreas próximas à casa, ao retornarem, cabe às mulheres e crianças o processo de descasque e beneficiamento. O descasque é feito com as mãos, ou com facas. Uma vez descascados, os cipós são cortados no tamanho de cerca de 40 a 50 cm. O beneficiamento, que é o processo de desfiar o cipó, é feito por mulheres, homens e os filhos maiores, o que pode ser realizado à noite.

Do cipó são confeccionados alguns utensílios, como paneiros (cestos grandes utilizados para carregar mandioca da roça, ouriços de castanha, etc.), além de vassouras e balaios. Os paneiros são confeccionados pelos homens, as vassouras e balaios pelas mulheres, porém alguns homens também fazem esses utensílios domésticos. A comercialização do cipó para ser usado como matéria prima é feita exclusivamente pelos homens, em geral os chefes de família. Os produtos confeccionados pelas mulheres,

tais como cestos e vassouras, são por elas comercializados diretamente com o patrão.

Castanha: Também é um produto do inverno. Da coleta dos ouriços participa toda a família, que pode se deslocar para outras áreas do Parque, onde ocorre a castanha, e construir pequenos abrigos. Entrar na mata e coletar ouriços é tarefa dos homens, que utilizam os paneiros para carregar os frutos. A quebra dos ouriços é feita com terçado, e dela participam as mulheres e os filhos maiores. As castanhas retiradas dos ouriços não passam por nenhum processo de beneficiamento, e são ensacadas e comercializadas pelos homens.

5. A análise de gênero e sua aplicação prática no caso do Jaú

Com os resultados do Levantamento Socioeconômico de 1992, realizado com apoio do Projeto GENESYS, a FVA pôde iniciar seus primeiros trabalhos com os moradores no Parque. Os trabalhos anteriores referiram-se diretamente ao conhecimento da área, através de pesquisa básica sobre o funcionamento do sistema ecológico. O levantamento de 1992 possibilitou a formação de equipes de pesquisa de diversas áreas, e a priorização do PNJ junto ao Ibama. O levantamento contribuiu ainda para a FVA realizar o PAE, conseguir recursos para a implementação de projetos e, sobretudo, optar pela permanência dos moradores na área e tê-los como possíveis aliados para a consolidação e conservação do Parque.

Utilizando questionários diferenciados por gênero, a FVA obteve informação vital sobre a população do Parque, o que ajudou a definir atividades futuras do projeto. Sobre o tema da educação, mediante informação obtida do questionário feminino, a FVA constatou que 74% da população do parque, entre adultos e crianças em idade escolar, é analfabeta. Entre o percentual de alfabetizados, 61% são homens. Outro exemplo de informação obtida por meio do questionário feminino é que para mantermos um sistema de comunicação com os moradores, este deveria ser através do programa de rádio que passa os avisos e é amplamente ouvido pelos moradores.

As mulheres são também as responsáveis, em grande parte, pela saúde da família. Em geral elas mantêm um pequeno canteiro com plantas medicinais, que utilizam quando necessitam. A partir da informação das mulheres pode-se conhecer algumas formas de uso dessas plantas, e também de pessoas que cuidam da saúde dos moradores como rezadores (homens e mulheres), curadores (somente homens) e parteiras (somente mulheres).

Ao longo das entrevistas domiciliares, a equipe da FVA aprendeu bastante sobre a dinâmica social das pessoas vivendo no Parque através do contato diário com seus moradores. As observações feitas durante o processo de construção do Centro Comunitário no Seringalzinho, que contou com a participação de moradores do Parque (homens, mulheres, jovens e crianças), revelaram que pode-se planejar atividades futuras junto com os moradores. Eles coletaram palha para cobrir o Centro, pescaram em grupo para garantir almoço para todos, e coletaram arumã, fibra utilizada

Construção do Centro Comunitário Seringalzinho

Foi necessário fechar temporariamente as áreas laterais do Centro para que as aulas não fossem prejudicadas pelo sol, que atinge o local em algumas horas (pela manha e pela tarde). Reuniram-se pais e mães e técnicos da FVA, e juntos discutimos qual seria a solução mais viável para esse problema. Surgiram idéias como fazer paredes de palha, como nas casas. Esta opção foi descartada devido ao fato de que quando houvessem reuniões ou festas seria difícil removê-las, e sua durabilidade também foi contestada. Finalmente, por sugestão de uma das mulheres participantes, resolveu-se optar pelos tupés. Segundo Dona Joelina, os tupés poderiam ser removidos desde que ficassem sobre suportes, e imediatamente as mulheres foram apontando outras tecelãs que poderiam e sabiam tecer tupés.

Surgiram então novas questões: Onde coletar o arumã (fibra vegetal utilizada para tecer o tupé)? Quando e quem coletaria? Quem faria os tupés? E sobretudo, quanto deveria ser retirada? Um dos moradores, Seu Beré, cedeu uma área sua próxima da casa, e neste local eles já haviam trabalhado com arumã e cipó.

Ficou então marcado para o próximo dia ir até a mata e tirar o arumã e ali mesmo já se iniciaria o trabalho de prepará-lo para ser utilizado. Saímos em cinco canoas de madeira com um total de trinta pessoas (dez mulheres e vinte homens) e remamos até o local, caminhamos por uma hora e meia e chegamos ao local do arumanzal (local na floresta onde se concentram os arumãs). Os homens trataram de coletar os arumãs, as mulheres e alguns meninos de retirar a polpa, e outros de arrumar em feixe. Um outro grupo, composto de três mulheres e quatro homens, permaneceu no local do Centro para cuidar do pescado e garantir o almoço. Permanecemos na área até as 16 horas. Carregamos todo o arumã para o Centro Comunitário, para posteriormente distribuí-lo entre as tecelãs para serem confeccionados os tupés. Após alguns dias, os tupés foram trazidos e colocados pelos moradores no centro comunitário. **Esta experiência demonstrou compromisso com o trabalho comunitário, participação efetiva das mulheres nas decisões, doação de recursos para o Centro, e capacidade da comunidade para o planejamento.**

Quadro 4: O Projeto Fibrarte.

Como exemplo da aplicação de gênero, a FVA desenvolve o Projeto Fibrarte, na área de influência do Parque, que tem como objetivo apoiar o grupo de artesãos que utilizam fibras vegetais para a confecção de seus produtos. Capacitá-los em organização, comercialização e gerenciamento de seus produtos é meta deste projeto. A população que vive no PNJ extrai e comercializa algumas dessas fibras. A relação do projeto Fibrarte com a estratégia para o Parque está na pesquisa sobre sustentabilidade ecológica de uma das fibras (cipó titica), comercializadas pelos moradores, e também no fortalecimento de uma alternativa econômica que é sustentável do ponto-de-vista ecológico. Durante o mapeamento realizado no Parque, pudemos identificar os artesãos no rio Jaú por gênero, as principais fibras que utilizam, e o que produzem. Esta informação foi obtida por meio de questionário com perguntas abertas e dirigidas tanto ao chefe da família, quanto à mulher.

para tecer tupés (tapete), para fazer as paredes do Centro.

A utilização da análise de gênero para as atividades do Parque ligadas à conservação, principalmente no que diz respeito ao Plano de Manejo, ainda não é uma prática constante na FVA. Acreditamos que muitas das respostas sobre a participação diferenciada de mulheres e homens em questões como manejo e conservação dos recursos do PNJ, poderão ser ampliadas na medida em que se adquira mais confiança na relação com os moradores. Acreditamos que a permanência de uma equipe em campo, que tenha mais contato e participe das atividades diárias dos moradores, pode contribuir para uma avaliação mais correta sobre o nível de participação de mulheres e homens. O tempo de permanência da equipe na área atualmente está em torno de oito meses não consecutivos, o que é insuficiente para fazer uma avaliação completa dessa dinâmica.

A análise de gênero pode contribuir para se entender de que formas e como são utilizados os recursos naturais em áreas protegidas, na medida em que os projetos propostos funcionem reconhecendo os papéis dos homens e mulheres. Para a FVA, a questão de gênero em relação aos recursos naturais está evoluindo, à medida em que se ampliou as atividades da equipe de trabalho de campo, garantindo assim um maior interesse e participação da comunidade local em questões relacionadas com o Plano de Manejo do Parque.

6. Uma estratégia para conservação que combina treinamento enfocado em gênero, fortalecimento institucional, parcerias e participação comunitária

A estratégia utilizada pela FVA para integrar conservação e gênero inclui diversas atividades, entre as quais destacam-se treinamentos, pesquisas, mapeamento de uso dos recursos, fortalecimento institucional mediante capacitação de equipes de trabalho, elaboração de planos de manejo participativo, e monitoramento e avaliação.

A partir dos treinamentos recebidos pela equipe da FVA por meio do Projeto Genesys, iniciaram-se na FVA os trabalhos com os moradores no PNJ. Os treinamentos abordaram temas como Metodologias de Pesquisa Socioeconômicas, Sondeio (Pesquisa Rural Rápida) e Mercado e Comercialização de Produtos Florestais Não-Madeireiros. Entre os treinamentos posteriores, realizados em conjunto pelo Genesys e Merge, destaca-se principalmente o curso em Rio Branco, em 1994 que enfocou os Instrumentos para Análise de Gênero, onde foram-nos apresentados métodos de mapeamento participativo. Aquele curso foi muito relevante para a FVA, e serviu de base para todo o trabalho de mapeamento que agora realizamos. O aprendizado adquirido por meio dos treinamentos oferecidos pelos Projetos Genesys e Merge foram utilizados no levantamento realizado pelo Projeto Fibrarte junto aos moradores do PNJ e nos questionários realizados pela equipe de educação ambiental da FVA, em suas atividades na cidade de Novo Airão.

A participação da população local nos projetos da FVA tem se manifestado de forma ainda preliminar. Em geral as reuniões são convocadas pela Fundação. A população do rio Jaú tem participado de atividades junto aos pesquisadores, atuando como mateiros, fazendo medições de alguns aparelhos, guiando os pesquisadores pelos rios e acompanhando em acampamentos avançados. Participam também de atividades de infraestrutura, como a construção do centro comunitário e refeitório da escola e durante as atividades do mapeamento. A população do Parque, através de seus representantes, propuseram um zoneamento para o PNJ, participaram das oficinas que definiram os programas de manejo para Parque e atualmente participam das reuniões em Brasília, no Ibama, para definir as propostas do Plano de Manejo.

É política institucional da FVA trabalhar com parcerias. A Fundação tem clareza que não seria possível atingir seus objetivos sozinha. Por meio de estratégias de trabalho que envolvam e garantam a participação das várias instituições que atuam na área, acreditamos poder atuar para a conservação de áreas protegidas na Amazônia. As organizações com as quais temos efetivado parcerias são: Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Fundação Nacional de Saúde (FNS), Universidade do Amazonas (UA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e Manejo de Ecossistemas e dos Recursos com Ênfase em Gênero (Merge).

A consolidação do Parque Nacional do Jaú é a meta da Fundação. Para que esta meta seja alcançada entendemos ser fundamental a participação dos moradores para o pleno uso da área, garantindo a conservação da biodiversidade. Essa gestão ambiental, democrática e participativa, deve incorporar não somente elementos da ciência moderna e etnocultural, mais constituir-se num processo de negociação que leve em conta as aspirações locais, os modos de vida e a contribuição histórica das populações tradicionais para a conservação e manejo ambiental. A incorporação destas populações no processo democrático de manejo ambiental resultará na descoberta de aliados locais fortes e constantes para a conservação, contra grupos especuladores de fora das reservas, que são os verdadeiros devastadores da biodiversidade.

7. Referências

Brasil MA/IBDF/FBCN

1982 Parques Nacionais Brasileiros. Brasilia: IBDF.

Ferreira, A R.

(s/d) Viagem Filosófica ao Rio Negro. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. (*apud* Victor Leonardi)

FVA (Fundação Vitória Amazônica)

1998a Gênese de um Plano de Manejo. O Caso do Parque Nacional do Jaú. Manaus: FVA.

FVA (Fundação Vitória Amazônica)

1998b Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú. Manaus: FVA e IBAMA.

Haffer, J.

1969 Speciation in Amazonian Forest Birds. Science 165: 131-137.

IBGE

1957 Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XIV. Rio de Janeiro.

IBGE

1993 Geografia do Brasil: Região Norte; Vol. 3. Rio de Janeiro.

Leonardi, V.

1996 Velho Airão: apontamentos sobre a história de uma povoação amazônica. Brasília: UNB.

Pádua, M.T.J.

1986 Conservação da Natureza no Brasil: situação atual. Silvicultura, 11 (41): 13-16.

Porro, A.

1992 Os Povos Indígenas da Amazônia à Chegada dos Europeus. pp.11-48. In: Hoornaert, E. (Coord.) História da Igreja na Amazônia. Ed. Vozes, Petrópolis.

Prance, G. T.

1973 Phytogeographic support for the Theory of Pleistocene forest refuges in the Amazon Basin, based on evidence from distribution patterns in *Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae and Lecythidaceae*. Acta Amazonica 3 (3): 5-28.

Rebelo, G.H.

1995 Os Moradores do Parque Nacional do Jaú. Fundação Vitória Amazônica (manuscrito). 55p.

Salo, J.

1987 Pleistocene forest refuges inthe amazon: evaluation of the biostratigraphical, lithostratigraphical and geomorphological datas. Annales Zoologici Fennici 24: 203-211

Schmink, M.

1999 Conceptual Framework for Gender and Community-Based Conservation. MERGE Case Study No. 1. Gainesville, FL: University of Florida.

Schubart, H.; Ramos, A.R.; Gondim, C.J.E.; Silva, C.J.; Bacca, L.E.; Amorozo, M.C.M.; Reis, N.R.; Dantas, M.; Braga, R.A.P.; Almeida, R.; La Torraca, S.M.; Asakawa, N.M.; e DAmorim, L.M.M.K.

1977 Relatório da Excursão ao Rio Jaú com Vistas à instalação de uma Reserva Natural. Manaus: INPA.

Silva, R. O.

1995 Plano de Ação Emergencial. Fundação Vitória Amazônica. (manuscrito). 85p.

Silva, R. O.

1996 Anotações do Diário de Campo (manuscrito).

8. Glossário de termos regionais

Arumã - Planta da família das Marantaceae, que ocorre em terra-firme e junto aos igarapés onde há bastante sombra. É matéria prima utilizada na confecçào de tupés.
Bicho-de-casco - Termo utilizado no Amazonas para designar todos os animais da Ordem Quelônia.
Caieira - Local preparado pelos moradores para fazer carvão.
Caniço - Vara feita de plantas arbustivas, com cerca de 1,5m de comprimento, utilizada para pescar.
Espinhel - Técnica de pesca que consiste de estender em uma linha de pesca com cerca de 5 metros ou mais, várias outras linhas de pesca com 0,50m, no sentido perpendicular a linha grande, com anzóis e isca. O espinhel , em geral é utilizado para pesca de bichos de casco.
Fachio - Pescaria realizada a noite, onde a técnica empregada consiste em usar uma lanterna para focar os peixes e capturá-los com uma zagaia.
Patrão - Dono do seringal e/ou pessoa que compra a borracha do productor e fornece as mercadorias necessárias para ele
Piabas - Denominação usada pelos moradores para os filhotes de peixes e para peixes ornamentais.
Piabeiro - Como são chamadas as pessoas que coletam e comercializam as piabas.
Tucupi - Líquido extraído da massa da mandioca utilizado como tempero na culinária regional.
Tupés - Tapete tecido com fibra de arumã.
Zagaia - Espécie de arpão, coma ponta de metal em forma de tridente, utilizada para a pescaria.

9. Lista de siglas

Embrapa - Empresa Brasileira de Agricultura e Pesquisa Agrária
Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
FNS - Fundação Nacional de Saúde
FVA - Fundação Vitória Amazônica
Gênesys - Gênero em Sistemas Econômicos e Sociais
Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MERGE - Manejo de Ecossistemas e Recursos Naturais com Ênfase em Gênero
ONG - Organização Não-Governamental
PAE - Plano de Ação Emergencial
PNJ - Parque Nacional do Jaú
Supes - Superintendência Estadual (representação Ibama no Estado do Amazonas).
UA - Universidade do Amazonas
UC - unidade de conservação
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional